

Vol 6 Issue 6 March 2017

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Dr. T. Manichander

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinte Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....



O IMPACTO DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL NO DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL

Cristiano Martins Vieira

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas com mestrado em Administração Estratégica de Negócios e Doutorado pela Universidade Nacional de Misiones – AR.

RESUMO:

A busca de fontes de recursos alternativas que promovam reflexos no desenvolvimento local tem sido um dos grandes desafios dos gestores públicos. Neste sentido o presente artigo busca verificar os reflexos da política pública de transferências de capital no desenvolvimento regional. As transferências de capital, aqui trabalhadas são aquelas fruto da transferência voluntária de recursos por outros entes da federação. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa descritiva a partir de um estudo de caso nos municípios dos estados da região sudeste do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo) onde foi verificado o total de recursos recebidos a título de transferências de capital do ano de 2003 a 2013, extraídos do site da Secretaria do Tesouro Nacional, e a variação de alguns indicadores: Indicador de Desenvolvimento Humano Municipal-IDHM (educação,

longevidade e renda), Índice Firjan (emprego e renda, saúde e educação), Índice de Gini e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-(PNAD-IBGE). A partir destas informações foi realizada uma análise estatística através do coeficiente de correlação entre as transferências de capital per capita e a variação dos indicadores de desenvolvimento ao longo de determinado período. Como resultado foi verificado uma correlação positiva moderada existente entre o total captado per capita e os indicadores de educação e saúde, porém o inverso ocorre com o indicador de emprego e renda, ficando evidenciado neste último que quanto maior a arrecadação per capita pior o resultado. Cabe neste caso um melhor desdobramento da área para qual a transferência de capital foi vinculada, ou seja, quanto dos recursos repassados foram vinculados a educação, saúde, emprego e renda.

Palavras Chave: Desenvolvimento. Políticas públicas. Indicadores de desempenho

1. INTRODUÇÃO

Segundo Tanzi e Davoodi (1997) a partir da segunda Guerra Mundial economistas influentes como Harrod, Domar, Rostow e outros argumentaram que os países precisam de capital para crescer. Para os autores existe uma relação quase mecânica (a relação capital-produto) entre aumento dos gastos de capital e aumento do crescimento, fortalecendo o viés intelectual a favor das despesas de capital, onde os economistas tendem a ser críticos com os países que permitem que a parcela dos gastos correntes cresça e elogiam os países onde a participação dos gastos de capital no total do orçamento aumentam. No Brasil com o intuito de incentivar os gastos de capital, União e Estados se utilizam das políticas públicas de transferência de capital, porém muitas são as dificuldades em aferir os impactos



dessas políticas, principalmente porque a análise destas são complexas e seus reflexos podem ocorrer de forma não linear, pois a sua aplicação depende principalmente da estrutura de governança existente em cada estado, cidade ou região.

A necessidade de vislumbrar o sucesso ou fracasso de tais políticas, bem como a efetiva utilização dos recursos públicos é um clamor da sociedade contemporânea. Nesta vereda, vários são os indicadores e índices de medida de desempenho que vem ganhando notoriedade e espaço diante da mídia nacional. Todos estes buscam de alguma forma mensurar o desempenho de estados/cidades/regiões em áreas como educação, saúde, emprego e renda. Os indicadores, segundo Januzzi (2001 apud GUERRA, 2014, p.69), para atividade pública se expandiu a partir implantação do Estado de bem estar social. De acordo com o autor os Organismos Internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas, UNICEF e Organização Mundial da Saúde, também foram responsáveis pela introdução do uso de indicadores ao financiar projetos.

As metodologias de apuração como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Índice de Gini e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD deflagraram uma grande competitividade entre os gestores públicos brasileiros, principalmente porque a utilização de indicadores como medida de desempenho surge de um debate sobre a questão do desenvolvimento x crescimento. Schumpeter (1911) foi o primeiro economista a assinalar esse fato, quando afirmou que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico e que o simples crescimento da renda per capita não assegura este desenvolvimento (apud BRESSER PEREIRA, 2008, p. 1). Autores como Bassan e Siedenberg (2008) defendem que o conceito de desenvolvimento é mais amplo, superando assim a ideia de crescimento, onde o desenvolvimento é medido através de indicadores qualitativos e não apenas quantitativos.

Pensando nisso, os gestores municipais na tentativa de melhorar os serviços prestados e como forma de oportunizar melhores condições de vida aos munícipes buscam aumentar sua fonte de financiamento através das transferências de capital, ou seja, as transferências voluntárias. Essas transferências voluntárias são a "entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde". (LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, art. 25).

A necessidade de captar essas transferências ocorre também devido ao Pacto Federativo, onde a divisão da carga tributária brasileira entre os governos dos três níveis da federação é extremamente centralizada na União, que fica com 68%; os Estados com 26%; e os Municípios somente com 5% do total (Confederação Nacional dos Municípios - CNM 2014, p. 30).

Neste cenário os municípios se veem obrigados a buscar fontes exógenas de financiamento que impactem no desenvolvimento da sua cidade ou região, porém o simples acesso a estes recursos exógenos podem não refletir nos indicadores de desenvolvimento. Diante de tal situação, o presente artigo tem como objetivo mensurar a captação per capita das transferências voluntárias de capital, ou seja, não serão analisadas as transferências correntes, dos municípios dos Estados da Região Sudeste confrontá-los com a variação dos índices acima mencionados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento

O termo desenvolvimento muitas vezes é confundido com crescimento que segundo Souza (2005 apud DALLABRIDA, 2010) destaca a existência de correntes teóricas que consideram o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, onde um local é considerado subdesenvolvido por possuir recursos ociosos e não aproveitá-los, por isso subdesenvolvido e outras que consideram o crescimento econômico meramente quantitativo, enquanto o desenvolvimento envolve mudanças qualitativas.

Sachs (2008) diz que não podemos confundir desenvolvimento com crescimento econômico, pois o desenvolvimento vai além da mera multiplicação da riqueza material. Para o autor o crescimento só existirá se houver redução da pobreza e das desigualdades sociais, assim como geração de novos empregos ou alternativas de renda para população.

Dentre as teorias sobre o desenvolvimento, autores como Amaral Filho (1999), Llorenz (2001), Buarque (2002) e Borges (2007) defendem o desenvolvimento endógeno como a forma mais efetiva de desenvolver as regiões.

Para Buarque (2002, p. 2):

“o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhora da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”.

Outros teóricos defendem o desenvolvimento através da participação efetiva do Estado, como Keynes (1970) com a ação complementar do Estado, Vaz e Caldas (2006) com o uso do poder e compra do Estado, Ultramari e Duarte (2009) com a definição de diretrizes, aporte financeiro e técnico e Girardello e Maia (2012) com o investimento em infraestrutura.

Afonso et al (2005) diz que não há dúvida de que o investimento público pode contribuir para o crescimento, e que o investimento em infraestrutura é necessário para atrair o investimento privado e reduzir custos, porém para Pfahler et al (1996) nem na literatura teórica quanto na empírica seu impacto é claro.

No intuito de contribuir com o debate, e baseado nos teóricos que defendem que o desenvolvimento depende da ação do Estado e é esta corrente teórica que o presente artigo tem o objetivo de validar, será avaliado o desenvolvimento a partir da participação do Estado, através das transferências de capital para os municípios e o seu reflexo nos índices de desenvolvimento.

2.2 Política Pública de Transferência de Capital

Para Freitas (2009, p. 4) “no Brasil, as primeiras políticas públicas surgiram ainda no governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945) e referiam-se, em especial [...] às questões trabalhistas. Além destas, as áreas da saúde, educação profissional e habitação também foram contempladas”. Antes disso, de acordo com Castro (2008 apud FREITAS, 2009, p. 4), “havia programas assistenciais e pontuais, exclusivos para determinados grupos de interesse e de profissionais (bancários, ferroviários etc.)”. Ainda segundo o autor “somente a partir da década de 80, com o fim da ditadura, as políticas públicas brasileiras ganharam uma nova roupagem, sendo redesenhadas e ampliadas na Constituição de 1988. A partir dela, o Estado passou a ser mais responsabilizado pela regulação, implantação e gestão das mesmas”.

As políticas públicas de transferências de capital são recursos repassados pelo Governo Federal e Estadual para os Municípios, ou seja, é uma espécie de descentralização dos recursos públicos. Essa descentralização no Brasil ocorre em grande parte através de emendas parlamentares, onde geralmente as localidades beneficiárias são formadas por eleitores que contribuíram significativamente para o sucesso eleitoral de um parlamentar (Santana, 2011). Para Lowi (1964 apud SANTANA, 2011, p.12) tais políticas são consideradas tipicamente distributivas, pois representam custos difusos e benefícios concentrados ou geograficamente segmentáveis. Porém conforme Silva e Bassi (2012) tais políticas públicas são um papel do Estado, principalmente pelo Brasil ser uma terra de desiguais e onde Estado tem a obrigação de tornar mais equitativas as oportunidades. Contudo para Santos (2010) é importante ressaltar que, na formulação de políticas públicas, ocorrerão diferentes abordagens da racionalidade:

- na racionalidade econômica: são usados critérios de escolha pública e de economia do bem-estar-social, sem entrar no julgamento de valores;
- na racionalidade político-sistêmica: estabelece-se um acordo entre os atores do jogo do poder, ou seja, não se questiona a responsabilidade moral das políticas;
- na formulação responsável: sujeita-se o processo decisório ao debate e ao escrutínio público, respeitando questões como igualdade, liberdade, solidariedade e democracia.

Os municípios na tentativa de ofertar para a sociedade bens e serviços de melhor qualidade buscam captar esses recursos que conforme Prates et al (2006, p. 1):

Os processos de captação, embora possam parecer iniciativas relativamente simples, exigem o domínio de diversos conhecimentos, entre os quais destacamos: a capacidade para a elaboração de projetos, a realização de avaliações e construção de indicadores, disponibilidade de tempo para a realização de pesquisas e estudos, o tratamento de dados e a capacidade de dar-lhes a visibilidade necessária para que fundamentem as propostas e demonstrem a sua relevância em termos de impacto e alcance social. (PRATES et al, 2006, p. 1)

Ainda segundo o autor esses recursos que ingressam nos cofres municipais a título de transferências de capital podem ser caracterizados como recursos não reembolsáveis, ou seja, o chamado “recurso a fundo perdido”, onde não possuem nenhum custo financeiro, sendo exigido em alguns casos apenas a contra partida do ente recebedor da transferência e cujo percentual de contra partida normalmente é muito baixo. E por essa razão que os municípios tentam acessá-los para serem utilizados como mecanismos de desenvolvimento.

2.3 Receita Pública

Para Kohama (2000, p.85), entende-se como receita pública “todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativo de valor (...)”. Neste sentido, o autor diz que o sucesso na arrecadação de receitas públicas se deve a organização da máquina administrativa, pois “(...) quanto mais eficiente à organização administrativa, maior será a eficácia na arrecadação e recolhimento das receitas que lhe incumbe arrecadar” (KOHAMA, 2000, p.85).

A receita pública classifica-se em dois grupos:

Quadro 1 - Classificação da Receita Pública em Grupos

Grupo	Categoria Econômica
Receita Orçamentária	Corrente
	De Capital
Receita Extra Orçamentária	

Fonte: Kohama (2000, p.86).

Vale salientar que a receita pública sempre é prevista, e a despesa fixada, conforme dispõe a Lei 4.320/64. A Administração sempre deverá estimar a receita pública para, baseada nesta previsão de arrecadação, fixar suas despesas.

A Receita Orçamentária é aquela consolidada no Orçamento Público, consignada na Lei Orçamentária Anual, cuja especificação deverá estar em conformidade com a Lei 4.320/64, assim entende Kohama (2000).

Para Kohama (2000, p.87), Receitas Correntes “dizem respeito a todas as transações que o Governo realiza diretamente ou através de suas ramificações, “como (...) autarquias e de cujo esforço não resultam constituição ou criação de bens de capital, ou seja, acréscimos no seu patrimônio”.

Já as Receitas de Capital, o autor se refere como sendo aquelas “que resultam na constituição ou criação de bens de capital e, conseqüentemente, acréscimo de patrimônio” (KOHAMA, 2000, p.87). O Quadro n° 2 exemplifica as categorias econômicas.

Quadro 2 - Classificação da Receita Pública quanto à Categoria Econômica

RECEITA CORRENTE	DESCRIÇÃO
Receita Tributária	São aquelas oriundas da arrecadação através de Tributos (impostos, taxas e contribuições) pagos pelo contribuinte, em razão de suas atividades, rendas, propriedades e benefícios diretos e imediatos recebidos do Estado.
Receita de Contribuição	São aquelas arrecadadas relativas a contribuições sociais e econômicas, destinadas geralmente à manutenção dos programas sociais e de interesse coletivo. Ex.: PIS e CONFINS.
Receita Patrimonial	São fontes que se compõem de rendas provenientes, respectivamente, da utilização de bens pertencentes ao Estado. Ex.: aluguéis, arrendamentos, juros, participações e dividendos.
Receita Agropecuária	
Receita Industrial	
Receita de serviços	Se originam da prestação de serviços comerciais, financeiros, de transporte, de comunicação, dentre outros diversos, bem como tarifas aeroportuárias e pedágios.

Transferências Correntes	São recursos financeiros oriundos de outras entidades de direito público ou privado.
Outras receitas Correntes	São fontes de receitas originárias da cobrança de multas e juros de mora, indenização e restituição, receita da dívida ativa e receitas diversas.
RECEITA DE CAPITAL	DESCRIÇÃO
Operações de crédito	São fontes de receitas oriundas da constituição de dívidas pelo Estado, através de empréstimos e financiamentos.
Alienações de bens	São fontes captadas através da venda de bens patrimoniais móveis ou imóveis. Dizem respeito a conversão de bens em espécie (moeda).
Amortização de empréstimos	É quando o Estado recebe valores dados anteriormente por empréstimos a outras entidades de direito público.
Transferências de capital	É uma fonte de recurso recebido de outras entidades de direito público ou privado.
Outras receitas de capital	É destinada a arrecadar outras receitas de capital que constituirão uma classificação genérica não agradável nas fontes anteriores.

Fonte: Kohama (2000, p.88).

O autor descreve no Quadro nº 2 como é formada a receita pública, sua divisão em dois grandes grupos compostos por vários subgrupos que evidenciam a origem das receitas públicas. Através desta classificação e desdobramento se torna mais transparente a composição das receitas para a tomada de decisão por parte dos gestores públicos e possibilita um efetivo controle social.

2.4 Região Sudeste

A Região Sudeste é a região mais evoluída economicamente do país e a segunda menor em termos de área, sendo maior apenas que a região sul, é formada pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, abrigando as duas mais importantes metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro. Possui 44% da população brasileira e é responsável por aproximadamente 60% do PIB nacional. É também a região com a maior densidade demográfica (84,21 hab./km²) e o mais alto índice de urbanização: 90,5% do país.

O estado do Espírito Santo é composto por 78 municípios e tem como capital a cidade de Vila Velha, o estado de Minas Gerais é composto por 853 municípios, 15,5% do total de municípios do país, e tem como capital a cidade de Belo Horizonte. O Estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios e tem como capital a cidade do Rio de Janeiro. E o estado de São Paulo é composto por 645 municípios e tem como capital a cidade de São Paulo.

3.METODOLOGIA

O presente artigo foi desenvolvido através de uma pesquisa descritiva, a qual exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987). A pesquisa descritiva foi desenvolvida a partir de um estudo de caso onde foram analisadas as receitas acumuladas de transferências de capital-TC recebidas pelos municípios dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro no período de 2003 a 2013.

Segundo Yin (2010, pág. 23)"estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas".

Os dados para análise foram obtidos a partir do site do Tesouro Nacional (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>) onde foram apurados os valores recebidos a título de transferência de capital pelos municípios de cada estado. No site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD (<http://www.pnud.org.br>) foram coletados os dados referentes às informações do Índice de Desenvolvimento

Humano Municipal de cada Estado no ano de 2000 e 2010. No site da Firjan foi obtido o índice educação, trabalho & renda e saúde de 2005 e 2013. No site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE foi obtido o índice de Gini de 2003 e 2013 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD (Percentual da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desempregada - 2004x2013).

Após a coleta de dados junto aos referidos sites foi realizada a primeira análise comparativa onde destacamos o total de municípios, população, o valor total arrecadado de receita orçamentária de cada município, o percentual das receitas de transferência de capital no orçamento total da receita orçamentária municipal e a receita de transferência de capital per capita. De posse dessas informações foi realizada uma análise estatística através do coeficiente de correlação de Pierson para verificar a existência ou não de correlação entre a receita de transferência de capital per capita com a variação do índice de IDHM (2000x2010), variação do índice Firjan (2005x2013), variação do índice de Gini (2003x2013) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-IBGE (Percentual da população de 16 anos e mais, economicamente ativa, desempregada - 2004x2013).

4. ANALISE DOS RESULTADOS

Com base nos dados apurados nas pesquisas, apresentam-se na sequência os resultados evidenciados.

Tabela 1—Mapa da Transferência de Capital 2003-2013

Região Sudeste	UF	Municípios	População 2016 ¹	Rec. Orçamentária	Transf. de Capital	Per Capita	% TC/RO
Estados	4	1.668	86.356.952	1.501.924.732.351	30.921.001.404	358,06	2,06
Minas Gerais	MG	853	20.997.560	292.530.939.343	9.437.358.366	449,45	3,23
Espírito Santo	ES	78	3.973.697	63.362.748.426	1.976.512.309	497,40	3,12
Rio de Janeiro	RJ	92	16.635.996	304.569.502.362	3.326.353.376	199,95	1,09
São Paulo	SP	645	44.749.699	841.461.542.220	16.180.777.353	361,58	1,92

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

¹IBGE-Estimativa (2016).

A partir da tabela acima foram evidenciados:

- + Quanto aos municípios: o Estado do MG é o que possui o maior número de municípios seguido pelo estado de SP, RJ e ES;
- + Quanto à população: o Estado de SP é o que possui o maior número de habitantes seguido pelo estado de MG, RJ e ES;
- + Quanto à receita orçamentária: o estado de SP é o que apresenta a maior receita acumulada (2003-2013), seguido pelo RJ, MG e ES;
- + Quanto às transferências de capital: os dados apontam a sequência SP, MG, RJ e ES;
- + Quanto à representatividade da receita de capital na receita orçamentária: os dados revelam o estado de MG em primeiro lugar, seguido pelo ES, SP e em último o estado de RJ;
- + Quanto à transferência de capital per capita: o estado de ES aparece em primeiro, seguido pelo MG, SP e RJ.

Analisando os dados acima, o estado de MG é o maior estado em termos de municípios, o 2° em população, o 3° em receita orçamentária e o 2° em termos de captação de recursos a título de transferências de capital. Outro fator importante a ser destacado é a participação das transferências de capital no total do orçamento, pois representam 3,23%.

O estado do ES é o menor em termos de municípios, população, orçamento e transferência de capital, porém a transferência de capital per capita é a maior de todos os outros analisados alcançando o valor de R\$ 497,40 e representa 3,12% do seu orçamento.

O estado de SP possui população, orçamento e transferência de capital maior que a soma dos demais estados da região sudeste e a terceira maior captação per capita no valor de R\$ 361,58 e 1,92% do orçamento total.

O último estado analisado, o estado do RJ apresenta a pior captação per capita com R\$ 199,95 e a menor

participação no orçamento com 1,09%.

Realizando uma comparação dos estados da região sudeste com os estados da região sul, pode ser verificado que a região sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina) conforme Vieira e Silva (2016) apresenta uma captação per capita média de R\$ 491,37 e uma participação no orçamento de 2,45%, superando assim a captação per capita média de R\$ 358,06 e a participação no orçamento de 2,06%.

Continuando a análise da região sudeste, a tabela abaixo que demonstra a variação de alguns índices analisados.

Tabela 2 – Tabela de Índices

Região Sudeste	UF	Per Capita	Variação Gini	Variação IDHM - 2000x2010			Variação Firjan - 2005x2013			Variação PNAD
Estados	4	2003x2013	2003x2013	Renda	Longevidade	Educação	Renda	Saúde	Educação	Desemprego 2004X2013
Minas Gerais	MG	449,45	36,03	7,35	10,41	35,74	6,24	33,93	38,02	-31,76
Espírito Santo	ES	497,40	27,64	8,15	7,46	32,99	0,84	19,33	31,55	-18,06
Rio de Janeiro	RJ	199,95	33,74	4,97	12,84	27,36	15,18	11,18	18,58	-33,04
São Paulo	SP	361,58	36,29	4,37	7,51	23,75	10,07	6,65	9,28	-41,28

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Conforme estabelecido na metodologia do presente artigo, a validação da teoria do desenvolvimento que defende a participação do Estado no desenvolvimento, analisada aqui a partir da transferência de capital per capita realizada para os municípios dos Estados da região sudeste, entre o período de 2003-2013, será evidenciada a partir de um teste de correlação entre a captação per capita de recursos e a variação dos índices de Gini, IDHM, Firjan e PNAD.

Tabela 3 – Teste de correlação entre a transferência de capital per capita e a variação dos indicadores

Teste de Correlação	Transf. Capital	Gini	IDHM (2000x2010)			Firjan (2005x2013)			PNAD - IBGE
Indicadores	Per Capita	2003x2013	Renda	Longevidade	Educação	Emp&Renda	Saúde	Educação	Desemprego 2004X2013
Per Capita	1								
Gini	-0,38487234	1							
IDHM- Renda	0,787837679	-0,631236263	1						
IDHM- Longevidade	-0,72854592	0,303790733	-0,23867	1					
IDHM- Educação	0,630910305	-0,322427582	0,915542	0,065969626	1				
Firjan- Emp.&Renda	-0,96412248	0,615563082	-0,86233	0,697397461	-0,64433	1			
Firjan- Saúde	0,573585513	-0,005756066	0,764121	0,125598107	0,947312	-0,504749224	1		
Firjan- Educação	0,614671142	-0,327614882	0,912559	0,085389067	0,999725	-0,632153284	0,944177	1	
PNAD -Desemprego	0,535562543	-0,920494773	0,866922	-0,17856619	0,665109	-0,727167762	0,392176	0,669903	1

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa

Atendendo ao proposto no objetivo do presente artigo, o ponto que suscita interesse na presente análise, são os efeitos das transferências de capital nos indicadores propostos. Sendo assim, uma vez delimitado nosso universo de estudo percebe-se que o teste acima evidencia correlações positivas, negativas e nenhuma correlação em outro.

No caso do índice de Gini, por exemplo, não ficou evidenciada nenhuma correlação entre a captação per capita, ou seja, as fontes exógenas de financiamento que ocorrem através das transferências de capital e a variação do índice.

Quanto ao IDHM-Renda ficou demonstrada uma correlação positiva forte (0,787) entre a captação de recursos e a variação do índice, porém no índice Firjan-Emprego&Renda ocorreu uma correlação negativa muito forte (-0,964). Comparando as variáveis que compõe os indicadores de emprego&renda da Firjan e IDHM destaca-se que o primeiro é mais complexo e envolve um número maior de variáveis, as quais nos permitem fazer uma análise mais completa do resultado obtido. O índice Firjan-Emprego&Renda é mais complexo, pois na sua metodologia são observados: geração de emprego formal, absorção de mão de obra local, geração de renda formal, salário médio do empregado formal e desigualdade, enquanto que no IDHM-Renda é considerada apenas a renda per capita municipal. Tal diferença metodológica pode indicar que as transferências de capital aumentam a renda municipal, porém não resultam em redução das desigualdades, uma vez que o reflexo destes recursos injetados na economia não geram novas oportunidades de emprego. Para ratificar tal interpretação

podemos analisar mais detalhadamente o resultado da variação dos dois estados que obtiveram a maior captação per capita, Espírito Santo e Minas Gerais, onde ambos apresentaram os piores resultados na variação da taxa de desemprego 2004x2013, com -18,06% e -31,76% respectivamente.

Na análise dos indicadores de saúde, IDHM-Longevidade e Firjan-Saúde, o primeiro apresentou uma correlação negativa de -0,728, porém o segundo evidencia uma correlação moderada positiva de 0,573. Cabe destacar novamente que no indicador Firjan-Saúde são consideradas na metodologia de cálculo, um número maior de variáveis como: número de consultas pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internação sensível a atenção básica. Já no índice IDHM-Longevidade são analisados apenas a expectativa de vida nos municípios.

No que tange aos indicadores da educação, IDHM-Educação e Firjan-Educação, os quais possuem metodologias distintas, mas que são compostas por variáveis complexas e que procuram demonstrar a qualidade e acesso ao ensino, como IDEB, matrículas, repetência entre outros, ficou evidenciado a existência de uma correlação positiva em ambos indicadores. No primeiro indicador a correlação foi de 0,630 e no segundo 0,614, correlação essa positiva e moderada, esses números apurados expõe uma situação de que quanto maior for a captação de recursos melhores os resultados dos indicadores. Essa correlação positiva em ambos indicadores evidencia que a utilização dos recursos captados para área da educação está obtendo um resultado positivo, uma vez que como já foi dito antes, a metodologia dos indicadores é distinta e envolve diversas variáveis.

Cabe destacar que a dimensão educação e saúde são áreas prioritárias para todos os governos independente do nível, seja ele Federal, Estadual ou municipal, pois no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 e Emendas Constitucionais posteriores foram estabelecidos percentuais mínimos de gastos com educação e saúde a serem atingidos na esfera municipal, estadual e federal. Na educação a Constituição Federal estabeleceu em seu artigo nº 212 que:

“a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

No que tange a saúde a Emenda Constitucional nº 29 de 2000 também estabeleceu limites mínimos de gastos a União, Estados e Municípios, sendo assim na grande maioria dos municípios do Brasil, principalmente os de pequeno porte, a maior parte dos recursos captados pelos municípios são direcionados para a educação ou saúde.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente cabe destacar que a participação das receitas de transferência de capital no orçamento dos municípios dos Estados da região Sudeste é de 2,06% e a captação per capita de R\$ 358,06. Diante de tal situação e, conforme já fora citado no texto, ambos os resultados são inferiores aos obtidos pelos municípios dos Estados da região Sul, e com isso existe uma captação per capita menor em torno de R\$ 134,00, significando uma perda de arrecadação/investimento elevadíssima para a região mais populosa do país, ocasionando possivelmente um menor investimento com recursos de fontes exógenas, porém este podendo ser compensado pela alta arrecadação desta região permitindo assim que esta possua um dos maiores IDHs do país.

Ainda desdobrando as informações relativas à captação de recursos pelos estados da região sudeste, foi verificado que o menor dos Estados, o estado do Espírito Santo, foi o que mais se destacou em termos de captação per capita de recursos. Já o estado do Rio de Janeiro obteve a pior captação per capita, mas possui o segundo maior orçamento da região. Esses dois estados são os que possuem o menor número de municípios, evidenciando assim que o número de municípios não interfere diretamente num maior ou menor volume de recursos captados.

Muito embora tenha se utilizado, na análise reflexo das transferências de capital no desenvolvimento da região sudeste, vários indicadores e dimensões, a escolha do indicador e dimensão para avaliar a efetividade dos reflexos dessa política pública ficará concentrada nos indicadores/dimensões Firjan-Renda, Firjan-Saúde, Firjan-Educação e IDHM-Educação, pois os mesmos são compostos por inúmeras variáveis que proporcionam assim uma análise mais complexa deste fenômeno. Isto posto, os indicadores revelaram correlação positiva para

educação e saúde, evidenciando um provável direcionamento das políticas de transferência de capital para essas dimensões, principalmente pelo fato já mencionado anteriormente da obrigatoriedade legal.

Já na dimensão emprego/renda houve uma forte correlação negativa, indicando que quanto maior o volume de recursos pior o desempenho nessa dimensão. Essa dimensão sofre muita influência da localização geográfica, potencial turístico e o nível de industrialização do estado, pois os dois estados que obtiveram pior captação são estados que possuem uma alta participação no PIB Brasileiro.

Diante de tal fenômeno é importante realizar um melhor desmembramento das transferências de capital por função de governo, de forma que se possa analisar quanto efetivamente dos recursos captados foram expressamente empregados nas dimensões educação, saúde, emprego e renda, proporcionando assim uma melhor análise sobre a efetividade na aplicação dos recursos públicos podendo assim maximizar a utilização do potencial desta política pública.

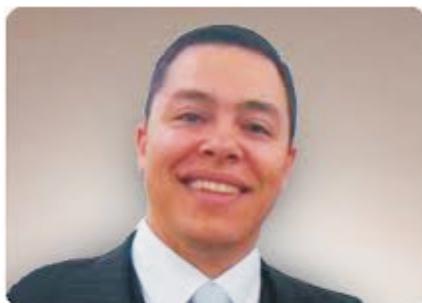
É importante destacar que as cidades são heterogêneas, ou seja, algumas possuem altos níveis de desenvolvimento e outras não e que o presente estudo se baseou na média dos municípios dos Estados analisados. Significa dizer com isto que existem municípios com orçamentos reduzidíssimos que não teriam como proporcionar um nível de qualidade de vida para seus munícipes sem a obtenção de recursos exógenos. Neste contexto, a percepção de que os municípios devem assumir a responsabilidade de buscar recursos exógenos de financiamento de atividades que conduzam a ações que visem o desenvolvimento deve e pode ser o foco de um gestor público municipal e, conseqüentemente o desempenho do gestor pode ser acompanhado e avaliado pela sociedade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AFONSO, A. et al. Quality of public finances and growth. European Central Bank, feb. 2005. (Working Paper Seires, n. 438).
2. AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico. In: Encontro de Economia da Região Sul – ANPEC, 2, Curitiba, 1999.
3. BASSAN, Dilani Silveira, SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares. Organizadores: Dinizar F. Becker, Milton Luiz Wittmann. 2. ed. - Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008. 396 p.
4. BORGES, Claudia Moreira. Desenvolvimento Local e Avaliação de Políticas Públicas: análise da viabilidade para construção de um índice de desenvolvimento local para o município de São Jose do Rio Preto. Dissertação de Mestrado, apresentada na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP, 2007.
5. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Manole, 2005.
6. BRASIL. Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Lei que estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade de gestão fiscal.
7. Bresser-Pereira, Luis Carlos. Crescimento e desenvolvimento econômico. <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acessado em 01/08/2016.
8. BUARQUE, Sérgio C.. Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia e planejamento. 2.ed. Rio de Janeiro. Garamond, 2002.
9. Confederação Nacional de Municípios – CNM. Estudos Técnicos CNM / Confederação Nacional de Municípios – Brasília: CNM, 2014.
10. DALLABRIDA, Valdir Roque. Desenvolvimento Regional: por que algumas regiões se desenvolvem e outras não? – 1 ed. – Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010. 2013 p.
11. FREITAS, Mariana Oliveira. Políticas Públicas: experiências em educação, cultura, comunicação e cidadania. 2009. Disponível em: https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/politicas_publicas_experiencias_educacao_cultura.pdf. Acessado em: 23 de agosto de 2015.
12. FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. http://www.ie.ufrj.br/celsofurtado/pdfs/os_desafios_da_nova_geracao.pdf. Acessado em 01/08/2016.

13. GIRARDELLO, Mauricio, MAIA, Otávio. Inovação na gestão pública. Coordenação Richard Dubois, João Lins. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.
14. GUERRA, Alexandre Lalau. O uso de indicadores e sua aplicação no ciclo de políticas públicas de pequenos municípios. Revista Pensamento & Realidade, n. 29, v. 1. 2014.
15. KEYNES, John. Maynard.. Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. (2a ed.). Rio de Janeiro : Fundo de Cultura, 1970.
16. KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. 7ª edição. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2000.
17. LLORENS, Francisco Albuquerque. Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
18. PFÄHLER, W.; HOFMANN, U. and Bönnte, W. (1996). "Does extra Public Infrastructure Capital matter? An appraisal of Empirical Literature", Finanzarchiv, 53 (1), 68-112.
19. PRATES, Jane C. et al. A captação de recursos e o poder local. Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.
20. SACHS, Ignacy, Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro, 2008.
21. SANTANA, Vitor Leal. Atraindo o PORK: que fatores explicam a execução das emendas orçamentárias no Brasil?. Tese de mestrado em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, 2011.
22. SANTOS, Maria das Graças dos. Políticas Públicas: contribuições para o debate. In Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. Orgs. Roberto Kanaame; Alécio Fiel Filho; Maria das Graças Ferreira. São Paulo: Atlas, 2010.
23. TANZI, Vito; DAVOODI, Hamid. Corruption, Public Investment, and Growth. IMF Working Paper, WP/97/139, outubro 1997.
24. TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
25. ULTRAMARI, Clóvis, DUARTE, Fábio. Desenvolvimento local e regional. Curitiba: Ibipex, 2009.
26. VAZ, José Carlos, CALDAS, Eduardo de Lima. Desenvolvimento Local e Políticas Territoriais. Encontro de administração pública e governança (2006). São Paulo-SP de 22 a 24 de novembro de 2006.
27. VIEIRA, Cristiano Martins, SILVA, Rodrigo Belmonte da. Desenvolvimento local: o reflexo das transferências de capital no desenvolvimento dos municípios dos estados da região sul do Brasil. Review of Research Journal, Vol 6, Issue 3, Dec, 2016.
28. YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 248 p.

CRISTIANO MARTINS VIEIRA



Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pelotas (1996), especialização em Gestão Empresarial pela Universidade Federal de Rio Grande (2001). Mestre em Administração Estratégica de Negócios pela UNAM - Universidade Nacional de Misiones -AR (2010), Título Reconhecido no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco como Mestre em Administração, Doutorando em Administração pela UNAM - Universidade Nacional de Misiones -AR (2014). Atualmente é professor no Curso Superior de Gestão Pública e Bacharelado em Administração, Ex-coordenador do Eixo Gestão e Negócios, Ex-coordenador do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Ex-coordenador do Curso de Técnico Integrado em Administração e Técnico em Secretariado do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul. Ex contador e Secretario de Fazenda da Prefeitura Municipal do Capão do Cipó. Tem experiência na área de Contábil e Administrativa, com ênfase em Contabilidade Comercial, Pública, Gerencial, Tributária, Finanças Públicas, Licitações e Contratos, Direito Trabalhista e Administração Financeira.

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-
413005, Maharashtra
Contact-9595359435

E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com